

C F A E MATOSINHOS

(Centro de Formação de Associação de Escolas de Matosinhos)

12 de Março a 28 de Maio de 2011

Escola Secundária da Boa Nova – Leça da Palmeira

ACÇÃO: C 441 – A Educação Sexual em Meio Escolar: Metodologias de Abordagem / Intervenção

TURMA: T

TRABALHO AUTÓNOMO

(Contributos para a História das Sexualidades)

FORMADORA: CÂNDIDA RAMOA

FORMANDO: ARNALDO ROCHA

ÍNDICE

	Págs.
Introdução	3
A Interpretação de Michel Foucault	4
A sexualidade na Elite Romana	5
A sexualidade na Alta Idade Média Ocidental	9
Conclusão	

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa no âmbito da História da sexualidade constitui o meu Trabalho Autónomo, exigido na **Acção C441T (modalidade Oficina) – A Educação Sexual em Meio Escolar: metodologias de abordagem/intervenção**.

Esta pesquisa começou com uma actividade prévia sobre a História da sexualidade, mais especificamente a tese de Michel Foucault sobre a sexualidade nos últimos trezentos anos.

A tese de Foucault constituiu um estímulo para prosseguir a investigação sobre a sexualidade em outros tempos e espaços.

O que aqui se apresenta, por falta de tempo, está aquém das minhas expectativas, daí o título *Contributos para a História das Sexualidades*.

O plural *sexualidades* é uma influência da tese de Michel Foucault e procura evidenciar a multiplicidade de discursos sexuais no tempo e nos espaços geográfico e social.

É no entanto o início de um processo que espero continuar sem a pressão de tempo nem de data de entrega.

Optei por tomar por base, não uma História da sexualidade propriamente dita, mas a *História da Vida Privada* no Ocidente. Por um lado as fontes primárias directas são muito raras, por outro não tenho dados, exceptuando a obra de Foucault, sobre a credibilidade das Histórias da sexualidade existentes. Em contrapartida a *História da Vida Privada* é uma obra muito credível, para além das informações sobre a sexualidade serem deduzidas a partir de fontes primárias e construídas em contexto.

Esta opção, se potencia credibilidade científica, reduz o objecto de estudo aos grupos sociais mais elevados e letrados, ou seja, àqueles que deixaram um rasto dos modos e normas da sua existência em fontes escritas, iconográficas etc.

A Interpretação de Michel Foucault

Na obra *a História da Sexualidade*, vol. I, Foucault analisa a sexualidade ocidental do século XVII à actualidade, contrariando a tese tradicional de uma sexualidade repressiva por influência da Igreja Católica, no quadro dos ditames morais do Concílio de Trento em meados do séc. XVI. E sem recusar o carácter repressivo, sublinha que esse não é o aspecto nevrálgico da sexualidade, mas os diversos discursos de poder e de controlo sobre os comportamentos sexuais. A sexualidade é demasiado importante, pelos efeitos sociais estruturadores/destruturadores, para ser deixada ao critério e impulsos individuais, sem uma regulação e uma teoria justificativa da bondade dos normativos.

Ao longo destes séculos diferentes instituições e ramos do saber foram construindo e difundindo de forma mais ou menos constrangedora diferentes discursos, estruturados em verbalizações e silêncios, em corredores de liberdade e interditos.

A Igreja Católica é a primeira instituição a delinear um discurso coerente sobre a sexualidade que deve ser regida pelas normas da Moral e terá como finalidade primeira a reprodução da espécie. A Igreja sempre foi natalista *Crescei e multiplicai-vos* – livro do Génesis. Convém sublinhar que entre a elaboração de um discurso/código/moral sexual e a sua concretização por todos os grupos sociais vai uma distância de séculos, sobretudo nas sociedades onde a forma de comunicação dominante era a oralidade e o contacto individual, assim na primeira metade do século XX, em espaços rurais a ética sexual não era plenamente coincidente com a moral católica, desde a abstinência sexual dos padres, à valoração das uniões conjugais e aos interditos da filiação ilegítima.

Desde o final do século XVIII e ao longo dos séculos XIX e XX cruzaram-se com o discurso da moral católica outros discursos de índole sexual. *A medicina, a psiquiatria, a justiça penal, a crítica política passam a preocupar-se com o sexo*, construindo os seus próprios discursos, não com o intuito de reduzir a prática sexual, mas de controlar os indivíduos e a população, ou seja de geri-lo para o bem de todos, fazendo-o funcionar segundo um padrão, que se acreditava, óptimo. As teses malthusianas impõem a necessidade de uma sexualidade social e economicamente útil e um maior controle das sexualidades periféricas e/ou a sua interdição, inclusive e, em contraste com o discurso da Igreja Católica, a defesa de práticas anti-natalistas.

Concluindo, para Foucault, *a sexualidade não deve ser concebida como um dado da natureza que o poder tenta reprimir, mas deve ser encarada como um produto do encadeamento da estimulação dos corpos, da intensificação dos prazeres, da incitação ao discurso, da formação dos conhecimentos, do reforço dos controlos e das resistências. As sexualidades são sexualmente construídas.*

A Sexualidade na Elite Romana

Face à longevidade da civilização romana o discurso sobre a sexualidade matizou-se e evoluiu sob a influência, primeiro, do estoicismo e depois da moral judaico-cristã. O século II da nossa era constitui o território da desagregação de um discurso e da emergência de outro.

Ser aceite ou abandonado

Os recém-nascidos são recebidos em sociedade em virtude de uma decisão do chefe de família. O chefe de família “pater” toma a criança nos braços e levanta-a, reconhecendo-a como seu filho, ou em alternativa deixa-a ficar no chão onde a parteira a colocou. É este gesto do pai que traça o destino da novo ser.

Em Roma, até à nova moral pós século II, a contracepção, o aborto, a exposição de crianças livres e o infanticídio de escravos eram práticas não proibidas. As fontes não nos permitem estabelecer a sua frequência, apenas a sua existência.

Em Roma, o importante era preservar e transmitir o nome da família e o seu estatuto/património, não havia o conceito de hereditariedade que se difunde através dos Germanos. E a transmissão do nome de família tanto se fazia através do nascimento de um filho legítimo como através de uma adopção.

Natalidade e contracepção

As fontes referem práticas de aborto e contracepção, embora sem as distinguir e são omissas na sua identificação.

Santo Agostinho (354-430), ao condenar tais práticas, distingue contracepção, esterilização por meio de drogas e aborto, embora as condene por igual. Ovídio (43 a.C.-18d.C.) poeta romano, faz alusão ao costume pagão da lavagem depois do amor, e São Jerónimo (347-420), fala das raparigas *que antecipadamente se regozijam com a sua esterilidade e matam o ser humano mesmo antes de ser semeado*, numa alusão a uma droga espermicida.

Segundo Alfred Sauvy (1898-1990), demógrafo, a população do império romano surpreende pela sua escassez, facto só explicado pelas práticas anti-natalistas, atrás referidas.

A adolescência/ idade adulta

Aos doze anos o percurso de vida de raparigas e rapazes separa-se.

As raparigas atingem a idade “núbil”, embora só aos catorze anos fossem consideradas adultas e tratadas por *domina (senhora)*, segundo as fontes começam a embelezar-se, mas devem mostrar-se púdicas e reservadas. O casamento e sua consumação é possível a partir dos doze anos, é igualmente referido o costume de não consumir o casamento na primeira noite por respeito pela sensibilidade e timidez da jovem.

Os rapazes continuavam a sua formação/estudos. Por volta dos catorze anos, o pai ou o tutor vestem-nos com roupas de homem e cortam o bigode pela primeira vez. Aos dezasseis anos podem iniciar uma carreira pública, como entrar no exército.

É igualmente aos catorze anos que iniciam a sua vida sexual que devem exercitar para serem cidadãos viris. Esta condescendência familiar e social até ao casamento altera-se a partir do séc. II, quando a nova moral considera que a virilidade se atinge não com o exercício sexual, mas com a abstinência. Com o casamento terminava a liberdade sexual. Acreditavam alguns médicos da época que a epilepsia se curava na puberdade, nas raparigas com a primeira menstruação e nos rapazes com a iniciação sexual.

O casamento

Entre a elite romana o casamento era uma instituição privada, um acto não escrito e informal sem necessidade de ser validade por qualquer autoridade pública ou religiosa, em contrapartida o dote que acompanhava a futura esposa era regulado por um contrato. Mas era uma instituição de facto, geradora de direitos. As crianças nascidas dessas núpcias são legítimas, tomam o nome do pai, continuam a sua linhagem e após a sua morte herdaram o seu património.

O casamento constituía um processo de enriquecer (ao desposar uma mulher desposava um dote) e de perpetuar o corpo cívico, o núcleo de cidadãos. Por isso o casamento era um dever cívico dos homens e até ao século II, as mulheres funcionam como um *instrumento* da função de cidadão.

A relação sexual no casamento respeitava algumas normas e interditos. Era monogâmico e apesar do adultério não ser um crime era censurado por igual quer ao homem e quer à mulher. Era dever da mulher abster-se do acto conjugal durante a gravidez, e considerada uma libertinagem repulsiva as relações durante o dia. Embora monogâmico, o casamento era dissolúvel pela vontade de qualquer um dos cônjuges, bastava que se separassem com a vontade de se divorciar, ou seja desfazer os laços nupciais. A mulher retomava o dote e os filhos ficavam com o pai. As fontes atestam a frequência do divórcio, bem como os segundos e terceiros casamentos. Daí a coexistência de filhos de mães diferentes e adoptivos na casa paterna.

Viúvas, virgens (órfãs), concubinas e favoritos

A viúva rica, senhora da casa e do património, é um personalidade *imperial*, pois já não tinha amo. Está rodeada de pretendentes que anseiam pela sua fortuna. Poderá voltar a casar ou ter um amante. Esta ligação à margem do casamento era discretamente aceite sob a capa de uma promessa de casamento. Mas tal benevolência social não era concedida à jovem órfã, supostamente virgem. Qualquer ligação amorosa tinha de se manter secreta. O comportamento de umas e outras chocava os “Padres da Igreja” que censuravam com veemência os costumes das viúvas e das órfãs.

As concubinas eram as mulheres com quem um homem casado dormia habitualmente. Esta ligação era socialmente aceite quando respeitava as normas do casamento: relação estável, monogâmica e mulher livre. Distingua-se do casamento pelo facto de não conferir direitos aos descendentes. Estes não herdavam do pai nem o nome nem o património, herdavam apenas da mãe.

Mais ambígua era a situação do favorito, por norma, um jovem menor de catorze anos; manter um favorito na idade adulta era um comportamento socialmente condenável. Os favoritos tinham origem e papéis diversos, em comum a afectividade do amo.

Podiam ser filhos da ligação do amo com uma escrava ou serva, impossibilitados de serem reconhecidos como filhos ou adoptados, podiam ser alguém por quem o amo tinha afeição, ou serem parceiros sexuais. As fontes sugerem como mais frequente a primeira situação, embora a última seja a mais divulgada.

Volúpia e paixão (interditos)

A ideia de uma época clássica de liberdade e libertação sexual em oposição ao cristianismo que associou o acto sexual ao pecado original e ao fruto proibido é um mito. A sexualidade da Antiguidade clássica estava polvilhada de interditos, sendo as narrativas de orgias romanas mais fantasiosas do que verídicas.

Vejamos alguns interditos da sexualidade das elites romanas:

- ter relações antes do cair da noite (copular durante o dia era um privilégio de recém-casados no dia a seguir à noite de núpcias);
- praticar o acto sexual com qualquer luz no quarto, ex. candeeiro aceso;
- ter relações com a mulher totalmente nua (só as prostitutas se entregavam ao sexo totalmente despidas e mesmo nas pinturas de Pompeia as prostitutas ou servas conservam o soutien);
- o homem acariciar a mulher durante o acto sexual; fazê-lo com a mão esquerda era considerado libertinagem, com a direita era execrável.
- ter relações com senhoras casadas, virgens de boas famílias, adolescentes livres, vestais, irmãs (os imperadores mais detestados foram acusados de violar este interdito).

Subjacentes a estes interditos estão algumas convicções:

- é a mulher que está ao serviço do homem, é a mulher que deve dar prazer ao homem, não o inverso;
- o acto sexual era o expoente da virilidade humana, por isso o homem era o parceiro activo, ser activo é ser macho;
- a paixão amorosa faz do homem livre o escravo de uma mulher;
- a volúpia corrói a energia viril;
- o controlo emocional, a tranquilidade do espírito é um atributo masculino que nunca se deve perder.

Nesta linha de normativos havia duas infâmias supremas:

- a do macho que leva a moleza servil ao ponto de se colocar ao serviço do prazer da parceira;
- a do homem livre que não se respeita e se entrega à passividade (*impudicitia*) ao ponto de se deixar maltratar.

É neste quadro que se inscreve o provérbio segundo o qual os rapazes forneciam um *prazer tranquilo, que não inflamava a alma*, ao contrário da paixão por uma mulher que sujeitava o homem a uma escravatura dolorosa e indigna. Quando um romano se apaixonava loucamente, considerava-se que ou sofria de sensualidade

excessiva ou que tinha caído moralmente na escravatura. Fosse qual o diagnóstico não era honroso nem viril.

Na moral sexual que se desenvolve a partir do século II e se testemunha no século III, este código de puritanismo masculino acentua-se, a recusa da volúpia e da paixão transforma-se em medo do prazer e do efeminamento. Acredita-se, então que a descarga sexual excessiva compromete a virilidade e defende-se, entre a classe imperial dirigente, uma abstinência do sexo como forma de preservar a masculinidade.

A sexualidade na Alta Idade Média Ocidental

(séculos V a IX)

A Alta Idade Média Ocidental, constitui o tempo e o espaço onde se caldeiam duas religiões a cristã e a pagã e duas culturas a romana e a germânica. É neste espaço-tempo de permutas que reside a origem da actual civilização europeia ocidental. Alguns autores consideram este espaço-tempo um período de combate onde se reconstrói o Homem europeu e se formatam as noções de família, sexo e de morte. Os povos Germanos transportam consigo a obsessão da sobrevivência. Esta obsessão tende a reduzir o homem à arte de matar e a mulher à de procriar. A sexualidade é, então, um instrumento da construção da sociedade, utilizado segundo os ensinamentos da natureza: lei do mais forte, pureza da mãe e da esposa. O amor, essa loucura destruidora, devia ser banido.

O Cristianismo aceitou toda a religiosidade pagã em relação à criança e à pureza do casamento, mas procurou conciliar as solidariedades da parentela com o casamento monogâmico.

O corpo e o nu

A nudez não existe senão em dois casos: quando uma pessoa toma banho ou se lava e quando vai dormir. A mulher e o homem só podiam estar nus no leito conjugal, no local onde se procriava. O nu era sagrado e o corpo inviolável, sobretudo o feminino. A lei dos francos sálios estabelecia as seguintes penas para os delitos contra o corpo feminino: 15 soldos se um homem tocasse na mão de uma mulher, 30 soldos se o toque fosse no braço até ao cotovelo, 35 soldos acima do cotovelo e 45 soldos se atingisse o seio. O corpo feminino era tabu.

A concepção do corpo, especialmente do corpo feminino prendia-se com a obsessão da procriação, vejamos o exemplo de outra lei franca: quem espancar e matar uma

jovem em idade de procriar é punido com 600 soldos, se for uma mulher depois da menopausa a punição desce para os 200 soldos, mas no caso de morte de uma mulher grávida a punição sobe para os 700 soldos, no caso de um rapaz com menos de 12 anos a punição é de 600 soldos, mas da rapariga com a mesma idade a punição é de 200 euros. Há uma verdadeira hierarquia de valores, no fundo da tabela a velha e a menina, incapazes de procriar, no meio o rapaz e no topo a mulher grávida.

Família e casamento

Domina a família alargada, constituída por pais, filhos, avós, tios, sobrinhos e escravos ou servos, por norma, vinculada a uma propriedade fundiária. Esta família alargada, denominada nas fontes de parentela, sofre a pressão da Igreja no sentido de se fragmentar na família conjugal, sem perder os vínculos de solidariedade da parentela.

A parentela, família alargada, garante a sobrevivência através da protecção que proporciona e das mulheres que disponibiliza para a procriação através do casamento.

Os Germanos, os povos bárbaros, distinguem núpcias de casamento, valorizando as núpcias em detrimento do casamento que consistia no início da coabitação dos nubentes.

O casamento era uma decisão familiar e consistia na cedência do poder paternal sobre a filha ao marido, contra o recebimento de um certo valor – compra simbólica do poder paternal sobre a jovem, mas também garantia da pureza da jovem.

Após a cerimónia de núpcias, os noivos dava um beijo na boca, símbolo da união dos corpos. Entre os romanos o beijo na boca não era sexuado, apenas afectivo.

A noiva recebia um dote da sua família e prendas de seu marido. A segunda prenda era recebida após a noite de núpcias e era o reconhecimento e agradecimento pela qualidade de imaculada da noiva. Em segundas núpcias da mulher não havia lugar a esta prenda. Quando a mulher enviuvava, ficava com um terço do património para si e devolvia o restante à família do marido. A pureza da mulher era o elemento fulcral, significava a pureza de sangue e garantia a qualidade da descendência. Por isso macular uma mulher era o interdito dos interditos e severamente punido.

A Igreja proibia o casamento contra a vontade dos nubentes embora instrísse estes a obedecer aos pais, bem como, e de forma determinante o casamento entre um cristão e um pagão.

Amor, pulsão ou sentimento?

Numa sociedade violenta onde a virgem era o futuro da parentela como evitar a violação e o rapto, o incesto e o adultério?

A violação

A violação de uma escrava era tolerada, quando muito sancionada com uma multa correspondente ao valor da escrava. A violação de uma mulher livre era punida com a morte, uma vez que a violação corrompia a mulher, ou seja retirava-lhe todo o valor para procriar, uma vez que a sua descendência ficava maculada.

O rapto

O rapto era frequentemente uma caça à herança, ou então uma maneira de forçar o consentimento dos pais, em alguns casos com a conivência da jovem, que nunca podia ser manifesta. Desflorada a jovem, o casamento era um facto consumado e restava aos pais receber do raptor o preço da jovem mais uma multa.

Se o raptor era apanhado e a jovem mantinha a virgindade, a família da raptada podia exigir a castração do raptor.

O incesto

Não se trata aqui do relacionamento sexual entre parentes sanguíneos de primeiro grau, mas de um relacionamento entre parentes por afinidade ou entre primos e entre tios e sobrinhos. Normativos quer pagãos quer conciliares condenam e punem igualmente estas uniões que as fontes indiciam serem frequentes face às provas de endogamia existentes que reforçavam os laços no interior da parentela. Os relacionamentos/casamentos no interior da parentela tendem a atenuar-se a partir do séc. IX.

O adultério

Era o crime dos crimes, o interdito dos interditos, quando praticado pela mulher; o homem envolvido saía relativamente impune da situação, mas a mulher ficava maculada para sempre. O seu acto, por norma, terminava em morte, exigida pelo marido ou pela parentela, ou então numa luta entre parentelas.

O divórcio

Se o adultério já denuncia as diferenças de género, estas tornam-se mais evidentes quando se trata do divórcio. A Igreja combatia-o e não há provas de que todos os povos germânicos o autorizassem, mas onde era autorizado as normas eram sempre desvantajosas para as mulheres. No entanto, admitia-se que o homem pudesse repudiar a mulher em três circunstâncias/crimes: adultério, malefício

(qualquer bebida ou feitiço que provocasse o aborto ou a impotência) e violação de sepultura.

Mas se a mulher ousasse repudiar o marido a pena era o estrangulamento.

Entre os descendentes dos antigos romanos, apesar da oposição da Igreja, o divórcio por mútuo consentimento está documentado até ao século VIII. Há também indícios entre os merovíngios de separações entre os cônjuges com segundos casamentos.

Não podemos esquecer que apesar dos normativos religiosos ou pagãos, mantinha-se a lei do mais forte e tudo era decidido segundo a correlação de forças entre as partes, leia-se parentelas.

Monogamia/poligamia

A luta da Igreja pela indissolubilidade do casamento fazia proliferar a poligamia. Era costume entre a nobreza franca tomar mulher nas diferentes regiões onde se fixavam ou exerciam o poder, com repúdio frequente da mulher anterior. O progresso da norma da indissolubilidade do casamento multiplicava as situações de poligamia, ou a celebração de casamentos não reconhecidos pelo cânone religioso, mas de acordo com o direito consuetudinário. Esta situação levou a Igreja a ser pragmática e a transigir em determinados casos. No século VIII, divulgou-se o *divórcio à carolíngia*, que consistia no recurso a um escravo/servo ou doméstico para eliminar a mulher. Depois do pagamento da reparação por homicídio à família ofendida, o marido viúvo podia contrair segundas núpcias.

Segundo as fontes, só a partir do séc. X monogamia e indissolubilidade matrimonial se tornam compatíveis e se generalizam na Europa ocidental, primeiro entre o povo e depois na nobreza.

Amor, paixão desregrada

Este é um ponto comum entre a ética sexual romana e ética ou éticas sexuais da Alta Idade Média. Uma e outra desconfia da paixão e não incluem o amor na relação conjugal, os romanos por razões cívicas, os germanos por razões de superioridade do estatuto do homem.

Significativo. Em nenhum texto quer laico quer clerical a palavra amor tem um sentido valorativo. Traduz sempre uma paixão sensual, irreflectida e destruidora. Nunca aparece a traduzir a afectividade conjugal. Para expressar a afectividade conjugal, Inocêncio III usa a expressão *charitas conjugalis*, cuja tradução à letra é caridade conjugal, em tradução livre, mais próxima da semântica da época, é uma

mistura de ternura e amizade, outras fontes fala de *delectio* a significar dedicação e respeito.

O amor é entendido como um ímpeto irresistível dos sentidos, um desejo devorador de origem divina para os pagãos, satânica para os cristãos, mas para uns e outros é destruidor e subversivo

Associado ao carácter impulsivo do amor, havia o costume de oferecer aos jovens casados um taça de hidromel que se julgava actuar como tranquilizante e anti-filtro do amor. Daí a expressão a “lua de mel”. Assim eram exorcizados os furores do amor para viverem outras luas e manter a ordem no mundo.

Conclusão

Foi a pesquisa possível que ultrapassou em muito as vinte e cinco horas, mas me deixou o desejo/impulso de continuar.

Julgo que as informações recolhidas e aqui expressas ilustram bem a relatividade dos discursos e da ética sexuais, que variam em função de arquétipos culturais e sociais. No espaço de um século, as práticas anti-natalistas da sociedade romana foram substituídas por uma ferocidade pro-vida que exalta e escraviza a mulher numa teia de interditos e de responsabilidades mágicas.

Neste choque de civilizações e de aculturações, em muitos casos, violentas, a Igreja e a moral sexual cristã, pacientemente, com avanços e recuos, a par de assimilações pagãs, vai moralizando os costumes, moldando a sociedade e definindo um modelo civilizacional – a civilização europeia ocidental.

Leça da Palmeira, Boa Nova, 16 de Junho de 2011

Arnaldo da Rocha